

RELATÓRIO ACERCA DA SITUAÇÃO DE POSSEIROS E ÍNDIOS NA
RESERVA SURUÍ - PARQUE INDÍGENA ARIPUANÃ
TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Introdução

Conforme foi decidido no Encontro das Equipes de Obreiros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), no Território de Rondônia (13-15 de outubro), no dia 18 de outubro fizemos uma visita aos colonos evangélicos que moram na Linha 11 do PIC Gi-Paraná, em Cacoal (RO), com o fim de levantar informações concretas acerca da atual situação em que se encontram os posseiros da área indígena. Como se sabe através da imprensa e por boatos que correm por toda a região, têm havido choques entre índios e colonos na área da Reserva dos índios Suruí.

No mês de setembro, iniciamos um trabalho missionário entre os Suruí, voltado para a área da Educação Indígena, trabalho este plenamente assumido pela IECLB. Visto que entre os posseiros da área indígena se encontram membros da IECLB, nossa responsabilidade nos presentes fatos só aumenta, no sentido de defender o legítimo direito dos índios à sua terra, tanto por razões históricas, uma vez que eles são os primeiros habitantes desta terra, como também em razão da lei do Estatuto do Índio (Lei 6001). Por outro lado, julgamos ser também nossa a luta pela defesa do direito que o pequeno agricultor tem a um pedaço de terra suficiente para si e sua família, como consta na própria lei do Estatuto da Terra (Lei 4504, artigo 2º). Examinando o artigo 2º da citada lei 4504, observamos que seus parágrafos 1º e 4º asseguram os plenos direitos de acesso e posse das terras, respectivamente aos trabalhadores da terra e aos índios.

Sabemos que os depoimentos que aqui vamos apresentar são parciais e não nos permitem obter uma visão global da situação da área. Mesmo assim, este relato se faz imperioso, na medida em que é urgente sensibilizar as autoridades competentes e responsáveis em dar solução à questão, senão por razões jurídicas, muito mais por razões de justiça e respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana, pois são muitas vidas humanas que aí estão em jogo, tanto da comunidade indígena, já gravemente desfalcada em seu con-

tingente populacional, quanto dos colonos e suas respectivas famílias.

Situação dos posseiros e invasores

A primeira família visitada foi do Sr. Peter, capixaba com pouco tempo de Território. Ele "comprou" os direitos de posse de um lote no "Projeto Novo", portanto, fora dos limites da área indígena. O "Projeto Novo" é a legalização de 10 km além do Projeto Gi Paraná assinada em 1976, (Cacoal) nas pontas das Linhas de números 1 a 14, faixa esta ocupada por colonos que não receberam lotes no projeto oficial. No entanto, o Sr. Peter tem parentes que estão vivendo na área indígena, e por isso conhece bem o problema. Estes colonos que não conseguiram lotes no projeto do INCRA, receberam uma mera autorização verbal do órgão (o antigo executor do INCRA, Sr. Francisco Reginaldo Joca, foi quem teria "liberado" a ocupação e marcação dos lotes, com a promessa de mais tarde vistoriar e legalizar estes lotes). Segundo o Sr. Peter, houve casos de colonos que possuíam lotes no "Projeto Novo", fizeram marcação de lotes na área indígena, depois venderam o seu direito de posse, passando a morar na nova marcação. Perguntado sobre as razões desse procedimento, o Sr. Peter explicou que ^{com} o dinheiro da venda estes colonos puderam iniciar o seu trabalho no novo lote. Provavelmente, estavam em situação financeira precária.

Por ocasião dos últimos conflitos entre índios e colonos, cerca de 70 colonos armados se entrincheiraram no mato por uma semana, dispostos a atacar os índios do Posto Indígena Sete de Setembro, que segundo boatos estavam prontos a atacá-los. Prova disto, foi o ocorrido com o motorista da FUNAI, Sr. Antonio, que em certo dia do mês de agosto, quando se dirigia de carro ao P.I. Sete de Setembro, foi barrado por um considerável número de colonos que não permitiram a sua passagem, fazendo-o retornar à Sede do Parque Indígena Aripuanã, em Riosinho. Para apaziguar os ânimos foi chamada a Polícia Militar de Cacoal, que nessa ocasião procedeu a uma série de desmandos e arbitrariedades. Os elementos da força pública, além de recolher diversas armas de colonos, com a promessa de devolvê-las mais tarde, teriam levado dinheiro de duas casas. Estivemos numa delas, do Sr. Leonardo Peter, que nos confirmou ter sido sua casa

invadida, estando ele ausente, tendo sido levada a importância de 200 cruzeiros e uma espingarda. A ser verdade tudo isto, configurara-se tal procedimento como roubo, e o que é mais grave, por parte da autoridade que deveria coibi-lo.

Seguindo na visitaçãõ, chegamos na casa do Sr. Antonio, já dentro da área indígena. Ele estava acompanhado por mais três colonos que também moram dentro da área indígena. Em seu depoimento fez questão de enfatizar que os colonos daquele lugar estão conscientes que aquela terra é dos índios. Dizia ele, que os colonos não se importam de sair daquela área, desde que sejam cumpridas algumas condições, tais como:

- que recebam terra noutra área do Território de Rondônia, porque, dizia ele, "não podemos mais voltar para trás, pois gastamos todo o nosso dinheiro, e quem nos fez vir para cá foi o próprio Governo, ao prometer terra para quem quisesse trabalhar". Em época de eleições chegou-se a ouvir de certos políticos frases como esta: "Quem tem a foice, o machado e a enxada e derrubar o pau é dono do toco", ou esta outra: "O documento de posse aqui no Território é a foice, o machado e a enxada, mais um homem morando em cima da terra".

- que "essa terra seja boa e não doentia". Existem regiões no Território que são infestadas por malária, leishmaniose e outras doenças. Essas são regiões que amedrontam os colonos, especialmente estes que se encontram na área indígena, por eles considerada "boa e sadia".

- que "haja uma indenização e financiamento do Governo para começar tudo outra vez no novo lote".

- que "tenha escola perto, para que os nossos filhos tenham alguma instrução".

Falando a respeito da demarcação da área indígena, o Sr. Antonio disse que se a marcação da FUNAI tivesse passado nos 10 km previstos não teria havido problemas naquela vez. Todos que se encontravam na área, naquela ocasião, ficariam fora dos limites indígenas. Acontece que a marcação, naquela Linha, passou no km 9 do "Projeto Novo" da Linha 11, de forma que os colonos que se encontravam já com cadastro do INCRA feito, ficaram "presos" na área indígena.

Imediatamente, estes colonos se dirigiram ao INCRA que teria lhes aconselhado a permanecer no lote, prometendo vistoria dentro de 30 dias, para que não perdessem por completo seus direitos. Só quem estivesse morando no lote ganharia outro lote. Nesse caso específico da marcação da área indígena, os colonos criticam a FUNAI por não ter feito uma marcação que lhes favorecesse. O Sr. Antonio sugere que ainda é tempo de corrigir esta marcação, cortando mais um pedaço da área indígena, legalizando assim as posses. Esta sugestão só vale, segundo ele, para um pequeno grupo de posseiros, isto porque mesmo depois de já feita a demarcação da área indígena por parte da FUNAI, as invasões continuaram. Atualmente, só na Linha 11 há cerca de 30 famílias de posseiros e invasores. O Sr. Antonio, falando em nome de seus companheiros, disse que eles estão dispostos a se reunirem com o pessoal da FUNAI e do INCRA, para resolverem logo a questão. Esta solução é urgente, principalmente pelo tipo de cultura que se está desenvolvendo na região, como café, cacau, que são culturas perenes. Alguns colonos, na incerteza da posse da terra, não se arriscam plantar culturas perenes. Outros, já mais corajosos, têm plantado até 4 mil covas de café, bem como árvores frutíferas. Justificam eles que a "lavoura branca" (milho, feijão, arroz) dá apenas para o gasto da casa, sem lucro nenhum e sem futuro.

Outro entrevistado foi o Sr. Arlindo Westphal. Ele considera que o índio não precisa de tanta terra, opinião que parece ser não só dele, mas é generalizada entre os posseiros e invasores. Além do mais, aquela terra é muito boa e ele investiu tudo o que tinha naquele lote. Por isso não pode abandoná-lo sem receber alguma coisa em troca que lhe permita continuar a luta pela vida. Outro fator que ele alegou foi a proximidade dos parentes, como ele, oriundos do Espírito Santo. Não há interesse de deixar aquela área, onde estão vivendo juntos, apesar da intranquilidade da situação. O Sr. Arlindo ainda acrescentou uma denúncia contra a Polícia Militar. Ele conta que elementos da Polícia estiveram em sua casa no mês de agosto, tomando-lhe uma espingarda nova, prometendo devolvê-la depois de 30 dias. Já se passaram mais de 60 dias, ele já esteve na Delegacia de Cacoal por várias vezes, e a arma não lhe foi devolvida nem parece estar mais em Cacoal. Dizem os policiais que ela foi levada a Porto Velho, jun-

tamente com outro lote de armas (geralmente de caça, portanto, comuns na região) de colonos, recolhidas na mesma época, na Linha 11.

Estivemos ainda na casa dos Srs. Helmuth Mansk~~e~~, Waldemar Knack, Evaldo Klabunde, que além de confirmarem o acima exposto, fizeram-nos ver que sua situação é bastante precária. Eles nada mais possuem senão o seu trabalho e o suor derramado naquele chão inseguro. Esta insegurança é tão marcante, que existem casos de invasores que vivem no Cacoal, mantendo empregados (meeiros) cuidando e trabalhando a marcação. Um exemplo disso foi o caso do entrevistado Albino Raasch, que também confirma os demais depoimentos, sendo meeiro do Sr. Clemente Barbusa, que possui uma pequena olaria em Cacoal. O Sr. Albino está há mais de um ano no lote.

Situação dos índios

Segundo estimativas - talvez exageradas -, os Suruí perfaziam em 1969, uma população de aproximadamente 4 mil indivíduos (depoimento de D. Tomás Balduino, presidente do CIMI, à C.P.I. da Terra em Brasília, em 23 de março de 1977). Hoje, dramaticamente reduzidos, alcançam uma população de 300 indivíduos, no máximo. Só este dado já nos revela uma realidade gritante. Na maioria das vezes, esta depopulação intensiva e constante foi causada por doenças possíveis de serem combatidas, como tuberculose, malária, hepatite, sarampo e gripe. Perguntamos ao órgão oficial de assistência e proteção aos índios - FUNAI - por que tanta mortandade? O que fez seu departamento de saúde para debelar os surtos? Entretanto, as doenças por si só não explicam tudo. A violência que caracterizou os primeiros contatos entre índios, fazendeiros e colonos também deve ser computada como causadora da depopulação dos Suruí.

Atualmente, os Suruí já tem sua área demarcada pela FUNAI, com cerca de 230 mil hectares. Vivem em duas aldeias no interior da área, distantes 15 km uma da outra. Ambas são atendidas por pessoal da FUNAI. O P.I. Sete de Setembro conta com cerca de 180 índios, enquanto a nova aldeia da Linha 14, para onde foram levados os Suruí que viviam em Espigão do Oeste, conta com cerca de 80 indivíduos.

É difícil de afirmar o que significou para os Suruí a colonização que tomou parte considerável de suas terras, onde outrora cor-

riam livres sem serem perseguidos ou encurralados no mato. No entanto, sabemos que a convivência entre índios e colonos foi e é tensa por uma razão muito clara: a posse da terra. De nossa parte, podemos dizer que a colonização, feita de forma agressiva, modificou completamente a vida dos índios. E, a não ser que urgentes medidas sejam tomadas para defender os índios sobreviventes ao processo colonizador, seu futuro não é dos mais animadores.

Conforme o Estatuto do Índio, artigo 22, lemos: "cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e todas as utilidades naquelas terras existentes". A letra da lei é bastante clara e da sua observância depende a sobrevivência histórica do hoje pequeno povo Suruí. E isto significa concretamente que:

- as suas terras já demarcadas sejam liberadas da presença de posseiros e invasores.

- seja efetivada uma proteção constante e eficiente, a fim de evitar novas invasões e choques entre índios e colonos. De outra forma a situação só tende a se agravar, com sensível prejuízo para o lado mais fraco, que são os índios.

- seja respeitado o direito de autodeterminação na escolha do modo de viver do índio. Os Suruí ainda baseiam a sua sobrevivência na caça, pesca e coleta, com pequena lavoura de subsistência. Não são, portanto, lavradores no sentido estrito do termo. Daí sua necessidade de um território extenso que lhes permita conservar seus hábitos e modo de viver. Além disso, conforme determina o próprio Estatuto do Índio, esta área deve permitir ao índio o desenvolvimento de sua comunidade e de seus filhos.

- seja intensificado o cuidado da saúde, para que o leve mas já visível aumento da população Suruí continue em ascendência.

INCRA/FUNAI

No ano de 1977, foi concluída a demarcação da área dos Suruí, pela FUNAI. Como se diz na região, a FUNAI chegou atrasada, mais uma vez, já que nessa época haviam colonos que ocupavam lotes na área íngena por mais de 2 anos, pelo menos. Por sua vez, o INCRA, revelando sua incompetência, não soube controlar a ocupação da região, e muito menos coordenar a demarcação dos lotes individuais, gerando com isso

grande confusão e futuros casos ("rolos") de conflitos de terra. Surpreende ao simples observador, por outro lado, a situação bem diferente em que encontram os fazendeiros, os quais oriundos geralmente de Estados sulistas, se instalaram com muito maior facilidade e gozando de evidentes privilégios. Perguntamos ao INCRA por que esta diferença entre pequenos colonos e fazendeiros? Dos depoimentos que recolhemos até o momento, tanto de colonos como de outros elementos de órgãos oficiais, é quase unânime a constatação de que a maior responsabilidade por esta situação cabe ao INCRA, pois este é o órgão que monopoliza a distribuição de terras no Território de Rondônia, tendo para isto todos os recursos de que necessita. Portanto, é ao INCRA que cabe a maior parte da responsabilidade na resolução da questão que envolve os posseiros e invasores da área indígena dos Suruí.

À FUNAI caberia não abrir mão do seu poder de polícia, se preciso for, conforme regula o próprio Estatuto do Índio (artigo 34) no sentido de preservar liberada de todo e qualquer intruso a Reserva dos Suruí. Perguntamos por que a FUNAI não tomou as atitudes cabíveis, na época das primeiras invasões, tanto para demarcar a área como para preservá-la?

Propostas

No mês de setembro foi procedido um levantamento por parte da FUNAI/Secretaria da Agricultura do Território/Polícia Federal, com o fim de se ter dados concretos das famílias que se encontram na área indígena, suas plantações e benfeitorias. Este levantamento constatou, na oportunidade, a presença de mais de 150 famílias, número que, segundo os colonos, já deve ter aumentado, pois a invasão continua. Sabemos que existem políticos apoiando estas invasões, prometendo a legalização das posses como parte de sua campanha eleitoral.

No decorrer do levantamento, foi dito aos colonos que eles teriam de deixar a área, e que o Governo estaria estudando sua transferência para terras junto à estrada Cuiabá-Santarém, no Estado do Mato Grosso do Norte. Esta proposta não agrada aos colonos, pois eles além de temerem que aquela terra no Mato Grosso não seja boa, preferem e exigem terra no próprio Território de Rondônia. Durante o levantamento os colonos foram ainda informados que ao saírem não receberiam qualquer indenização, portanto, não deveriam empatar muito dinheiro nem

plantar culturas perenes. Esta é outra grande preocupação dos colonos, que não vêem outra possibilidade de iniciar de novo o trabalho em outro lote senão com auxílio oficial do Governo.

Conclusão

Segundo um dos colonos que ouvimos, a marcação de lotes na área indígena foi uma aventura para "ganhar ou perder". Desta forma, ele revelava a tremenda contradição que existe no Território de Rondônia, no que se refere à questão das terras. Estamos assistindo a uma colonização intensiva, agressiva e desordenada da terra, processo este carregado de equívocos, sobejamente denunciados na imprensa nacional, inclusive na Câmara Federal em Brasília.

De um lado, temos os pequenos agricultores, vindos de outros Estados, empurrados por uma má distribuição da terra, agravada nos últimos anos por uma intensa concentração de terra na mão de poucos proprietários, que tem favorecido historicamente ao latifúndio, e mais recentemente à grande empresa agro-pecuária, hoje tanto nacional como multinacional. Este verdadeiro êxodo em busca da Terra Prometida é uma tentativa por parte dos pequenos agricultores de melhorar as suas condições de vida.

De outro lado, temos os fazendeiros, privilegiados pelos órgãos oficiais, pela política dos incentivos fiscais, e não por último pela força da violência (vide caso de despejo realizado por jagunços na Gleba Prosperidade, próximo a Cacoal, Jornal Varadoura, de agosto de 78) e que aqui vêm com o objetivo de aumentar seus lucros.

Entendemos que o caso dos posseiros e invasores da área dos índios Suruí deve ser compreendido na perspectiva que acima colocamos resumidamente. São necessárias medidas urgentes por parte das autoridades competentes para resolver o drama dessas 150 famílias, que como trabalhadores da terra, têm o direito a um chão certo e seguro para trabalhar. Apelamos ao bom senso dessas mesmas autoridades que têm poder de lei e de fato para proceder a uma boa solução. Contudo, que o ônus desse direito não recaia sobre o já sofrido povo Suruí, pois na defesa de sua terra está - quem sabe - a sua última possibilidade de sobrevivência como povo e como cultura. Não queremos acreditar que as autoridades de hoje, nesse Território, queiram carregar consigo a fama de terem sido os responsáveis pela extinção de mais um povo in-

dígena, como ocorreu freqüentemente na história do nosso país.

Se escrevemos e divulgamos este relatório, não foi com outra intenção senão a de corresponder àquilo que aprendemos do Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, isto é, que a vida humana de nossos irmãos - índios e colonos - é sagrada (João 10:10). Portanto, ambos devem ter assegurado seu direito de viver e trabalhar na terra que, em última análise, pertence a Deus, e aos homens foi dada para administrar com equidade e senso de justiça.

Igualmente, fazemos eco à "Carta Pastoral às Comunidades da IECLB sobre a situação do Índio no Brasil", de 02 de outubro de 1978, elaborada sob a supervisão da Secretaria de Missão e com a aprovação do Conselho Diretor da IECLB, em cujo texto lemos explicitamente: "Que a partir de uma reflexão evangélica comprometida, possam surgir, das diversas comunidades de confissão luterana, vozes que se levantem em favor das minorias indígenas, em favor do direito que estas minorias têm de viver com dignidade, de escolher sobre o seu futuro, de preservar sua cultura, seus costumes, sua língua, sua particularidade como povo". (p.1)

Cacoal (RO), 31 de outubro de 1978.

Dia da Reforma Luterana

ass. Adolfo Buttow - técnico agrícola

Roberto E. Zwetsch - pastor

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL

- SECRETARIA DE MISSÃO -

IECLB 9629/78

Porto Alegre, 15 de dezembro de 1978.

FG/ln

Aos Pastores e Comunidades da IECLB.

Assunto: Distribuição do Relatório do Técnico Agrícola Adolfo Büttow e do Pastor Roberto Zwetsch - Cacoal/RO.

Dando continuação à nossa atividade de conscientização referente à situação do índio no Brasil e dos conflitos existentes em relação à terra, encaminhamos para fins de estudo e manifestação da parte de grupos de interesse, de comunidades e pastores, o relatório acima mencionado. Estamos sumamente preocupados com os acontecimentos em Rondônia, acontecimentos estes que são sintomáticos para um problema nacional: a situação da terra que reclama a reforma agrária.

Para ilustrar a que proporções o conflito descrito no relatório pode chegar, transcrevemos parte de uma carta do nosso sertanista Arnildo F. Wiedmann, que trabalha como enfermeiro entre os índios Suruí :

"Os três primeiros meses deste semestre foram cheios de problemas e bagunças, sendo os outros mais calmos, talvez por terem iniciado as chuvas, os índios estão mais envolvidos com as roças e construções das casas. Mas 1979 promete muitas coisas para os Suruí, se o INCRA e a FUNAI não resolverem os casos dos invasores, os índios vão ter que resolver este problema só, pois dificilmente vão aceitar o espera mais um pouco, que a FUNAI e o INCRA vão resolver. Os índios se acalmaram esperando resolverem este problema. Mas no próximo verão quando as derrubadas vão ser muitas, pois os invasores vão dobrar em números, e os índios não vão assistir de braços cruzados, a perda do resto do seu território. A FUNAI está quieta, o INCRA deixa o tempo correr.

Pensando no meu trabalho, estou encurralado com os índios (se ficar o bicho come, se correr o bicho pega). Esta é a verdade. O que vou fazer, se o posto for atacado, por um grupo de colonos? Pegar a mulher e a filha e cair no mato, deixar que se virem; ou pegar a arma e matar o nosso irmão, que é membro da IECLB?

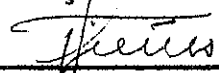
Este é o nosso grito de socorro .

ass.: Arnildo F. Wiedmann"

Estas palavras singelas do nosso colaborador falam por si e pedimos que os irmãos além de tomarem conhecimento da situação relatada, reflitam sobre a maneira como poderemos demonstrar a nossa solidariedade. Pedimos, além da sua intercessão pelo trabalho entre os índios, também a sua contribuição financeira. O dia 1º de janeiro, como também o dia 6 de janeiro (Epifania) são previstos no plano de coletas para esta finalidade.

Desejando aos irmãos as ricas bênçãos de Deus para o Natal que se aproxima e que o ano de 1979 seja um ano de crescimento na fé e no amor para que possamos unidos corresponder aos desafios diante dos quais Deus nos coloca, saúdo-os com

Saudações Fraternais


P. Friedrich Gierus
Secretário de Missão